

CIDADANIA E EDUCAÇÃO CONSCIENTES

Nara Suzana Stainr Pires¹

Rossana Braga Pires Cavichioli²

Resumo: O ponto chave para o desenvolvimento reflexivo e de conhecimento da busca pelo desaparecimento das desigualdades sociais através da luta dos membros do conjunto interessado, é a educação, demonstrando assim a formação ajustada na busca pela importância de todos como verdadeiros cidadãos. Ocorre que ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos. Direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade de direitos, enfim, direitos civis, políticos e sociais. Enquanto cidadania pressupõe também deveres. O cidadão tem de ser consciente das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição. Somente assim se chega ao objetivo final, coletivo: a justiça em seu sentido mais amplo, ou seja, o bem comum. Constituir-se cidadão aquele que possui consciência de que é sujeito de direitos. Direitos como à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, direitos civis, políticos e sociais. Falar em cidadania implica além dos direitos inerentes, também deveres. E a educação funciona, sem nenhuma dúvida, como garantidora e formadora desta consciência cidadã.

Palavras-chave: Direitos. Cidadania. Educação.

CITIZENSHIP AND EDUCATION CONSCIENTS

Abstract: Education is key to developing the reflective point of knowledge and the search for the disappearance of social inequality through the struggles of members of all concerned, thus demonstrating the training based on the search for recognition of all as true citizens. There has to be citizen is aware that it is subject of rights. Rights to life, liberty, property, equal rights, in short, civil, political and social. But this is one side of the coin. Citizenship also entails obligations. The citizen must be conscious of their responsibilities as part of a large and complex organization that is the collectivity, the nation, the state, to which all are functioning to their share of contribution. Only then do you get to goal, collective: the justice in its broadest sense, ie the common good. It is citizens who have awareness of the subject of rights. Rights to the life, liberty, property, equality, civil rights, political and social. Speaking in addition to citizenship presupposes rights, also duties, education and work, without a shadow of a doubt, as guarantor and training of citizen consciousness.

Keywords: Directs. Citizenship. Education.

1 INTRODUÇÃO

O fato de existir a qualidade da educação, leva a formação de um cidadão e o desenvolvimento de toda a sociedade dentro do Estado Democrático de Direito, seja em território brasileiro ou mesmo internacionalmente. Explanar sobre o assunto, é

¹ Advogada em Santa Maria, RS; mestranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC-Santa Cruz do Sul/RS; pós-graduanda em Direito Tributário pela UNIDERP; integrante do grupo de pesquisa Educação e Cidadania do mestrado em Direito da UNISC.

² Professora colégio Objetivo em Santa Maria, RS, Graduada em Pedagogia pela FIC – Faculdade Imaculada Conceição, Pós Graduada em Supervisão e Orientação Educacional pela UNIFRA – Universidade Franciscana.

consequentemente referir-se a vários outros temas inseridos dentro da Educação, como por exemplo, a cidadania, pois dela decorrem vários problemas, conflitos e reflexões.

Bem como se menciona em história da cidadania esta parece confundir-se em muito com a história das lutas pelos direitos humanos. A cidadania é um marco referencial de conquista da humanidade, através das lutas por mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e também dos que não se conformam frente às preponderâncias arrogantes, frente à opressão e de injustiças contra uma maioria desprotegida, exatamente por que se lhe nega a cidadania plena cuja conquista, ainda que lentamente, não será impedida.

Ponderar sobre cidadania pressupõe além dos direitos inerentes, também deveres. Portanto, constituir-se cidadão é possuir consciência de que é sujeito de direitos. Direitos esses como à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, direitos civis, políticos e sociais. .

O cidadão tem de ser consciente das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um complexo que é a coletividade, a nação, o Estado, o qual para o bom funcionamento deverá haver contribuição de todos. Desta maneira, se chega ao objetivo final e coletivo, o bem comum.

Desta maneira evidenciam-se a importância e a amplitude da temática apresentada a discussão e pesquisa, revelando-se fundamental para a busca de uma educação voltada para o desenvolvimento da cidadania.

2 CIDADANIA A PARTIR DA EDUCAÇÃO

Apresentados com o discurso flamante de políticos, comunicadores, dirigentes, educadores, sociólogos e uma série de outros agentes que, de alguma maneira, se mostram preocupados com os rumos da sociedade, está inserida a palavra cidadania.

Na verdade sempre há a utilização muito explorada de um vocábulo, ou tema, e este acaba ganhando denotações desviadas do seu estrito sentido. Presentemente parece clássico o emprego da palavra cidadania para referir-se a direitos humanos, educação, direitos fundamentais ou direitos do consumidor, usando-se o termo cidadão para referir-se a um indivíduo qualquer, incógnito.

Quão frisado inicialmente de certa perspectiva, faz sentido a combinação de significados, já que a história da cidadania confunde-se com a história dos direitos

humanos, a história das lutas das gentes para a afirmação de valores éticos, como a liberdade, a dignidade e a igualdade de todos os humanos indistintamente, existem um relacionamento estreito entre cidadania e luta por justiça, por democracia e outros direitos fundamentais asseguradores de condições dignas de sobrevivência.

Assim a cidadania é vista por alguns doutrinadores dentre eles Hannah Arendt (2003), como:

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos. (ARENDR, 2003, p. 7).

Originária do latim, que tratava o indivíduo habitante da cidade (civitas), na Roma antiga indicava a situação política de uma pessoa (exceto mulheres, escravos, crianças e outros) e seus direitos em relação ao Estado Romano. Nas palavras de Dalmo Dallari (1998):

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (DALLARI, 1998. p.14).

O histórico da cidadania mescla-se em muito com o histórico das lutas pelos direitos humanos. A cidadania esteve e está em firme construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformam frente às dominações arrogantes, seja do próprio Estado ou de outras instituições ou pessoas que não desistem de privilégios, de opressão e de injustiças contra uma maioria desassistida e que não se consegue fazer ouvir, exatamente por que se lhe nega a cidadania plena cuja conquista, ainda que tardia, não será obstada.

Destarte, a educação deve estar voltada para a formação de cidadãos conscientes de seu papel social e de seus deveres e direitos, a educação é fundamental para a abertura deste caminho de percepção até mesmo para que possa garantir melhores condições de vida em sociedade no que tange a igualdade.

Tal ação também é vista como a construção da cidadania vinculada a um processo vinculado à consolidação do chamado estado nação e ao progressivo estabelecimento de uma democracia pautada na representatividade.

Com relação ao processo e a importância da sedimentação da cidadania como direitos humanos e da busca pelo cidadão para a sua consolidação o autor Darcísio Corrêa (2000) comenta:

A cidadania enquanto vivência dos direitos humanos é uma conquista da burguesia: direitos de cidadania são os direitos humanos, que passam a constituir-se em conquista da própria humanidade. A cidadania, pois, significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos ao ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor fonte a plenitude da vida. Isso exige organização e articulação política da população voltada para a superação da exclusão existente. (CORRÊA, 2000, p. 214).

Assim a educação é ponto chave para o desenvolvimento reflexivo e de conhecimento da procura pelo desaparecimento das desigualdades sociais através da luta dos membros do conjunto interessado, corroborando assim a formação pautada na busca pelo reconhecimento de todos como verdadeiros cidadãos.

Advem que ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos. Direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade de direitos, enfim, direitos civis, políticos e sociais. Mas este é um dos lados da moeda. Cidadania pressupõe também deveres.

O cidadão tem de ser consciencioso das suas responsabilidades enquanto integra um grande e complexo organismo que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos tem de dar sua parcela de contribuição. Apenas assim se alcança o objetivo final, coletivo: a justiça em seu sentido mais amplo, ou seja, o bem comum.

No Brasil, os excelentes esforços para a absorção e estabelecimento dos direitos humanos e da cidadania mesclam-se com os movimentos cívicos reivindicativos de liberdade para o País, podendo citar a exemplo da inconfidência mineira, canudos, as lutas pela independência, abolição e, já na república, as alternâncias democráticas, aos quais custaram alguns sacrifícios além de vidas humanas.

Com a Constituição de 1988, novos instrumentos foram assentados a favor daqueles que lutam por um chamado País cidadão. Pois, avanços foram

significativos como no campo consumerista, o brasileiro ganhou o Código de Defesa do Consumidor, o novo Código Civil, entre tantas novidades.

A propósito não há como pensar em cidadania e cidadão sem verificar que tais conceitos estão intimamente ligados a questão do Estado e seu modo de governo, sendo que a educação é fonte crucial para demandar a visão do cidadão na imposição de seus direitos, como menciona o autor Clóvis Gorczewski (2005):

Não há como conceituar cidadania sem se considerar o contexto social a que se está inserido e, com isso a mesma adquire características próprias que se diferenciam conforme o tempo, o lugar e as condições socioeconômicas de uma maneira geral, de define cidadania como a qualidade ou o direito do cidadão. (GORCZEWSKI, 2005, p. 23).

Denota-se então uma guerra em favor do cidadão, partindo de ações públicas, políticas e sociais, como o exemplo da Ação Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, Movimento pela Ética na Política até manifestação do próprio Ministério Público, defendendo a ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O caminho trilhado evoluiu, mas é evidente que há muito mais a ativar a nossa acuidade natural e assim se verificará que ainda restam mazelas que insistem em infestar a nossa sociedade.

A cidadania ainda é afetada por práticas abusivas de representantes políticos ou sociais. Demasiada é a falta de interesse a idéia por parte de uma sociedade formada por cidadãos jovens, que se tornam indiferente à trajetória da cidadania de seu país. Nesta seara de aprendizado dos jovens é que está inserida a educação.

No momento que a educação foi popularizada, para todos os níveis de camadas sociais, tivemos várias mudanças significativas, que se transformaram em um processo de novas conjunturas, com bases sedimentadas dentro de uma concepção de sociedade política, econômica, moral e de direito.

Desta maneira a conceituação de educação é um processo perene de transformação, ou seja, vinculação do indivíduo para plena comunicação em sociedade e, portanto, deve se dar pelo processo de mediação, no mundo, pelos integrantes dessa sociedade, desta forma destaca Moacir Gadotti (2009), com relação à educação e cidadania:

Temos a tendência de desvalorizar o que fazemos na escola e de buscar receitas fora dela quando é nela mesma que deveria governa-se. É dever dela

ser cidadã e desenvolver na sociedade a capacidade de governar e controlar o desenvolvimento econômico e o mercado. A cidadania precisa controlar o Estado e o mercado, verdadeira alternativa ao capitalismo neoliberal e ao socialismo burocrático e autoritário. A escola precisa dar exemplo, ousar construir o futuro. Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. (GADOTTI, acesso 2009).

Deste modo sendo, fica evidente que alguns indivíduos possuem maior responsabilidade e comprometimento que outros, todavia, se tratando da educação que passa ser de interesse público, ou seja, institucionalizada, existe uma hierarquia e competências que devem ser observadas.

Em solo pátrio a educação no Brasil, é fato reflexivo do que está faltando ou o que está significando. Em vários setores se sublima o benefício da educação e a colocam em posição de destaque como soluções dos problemas sociais, financeiros e interdisciplinares. Apesar de diferentes indivíduos lutarem por este especial interesse em sua melhoria, com boa vontade, a precariedade das instituições de ensino ainda é um ponto alto a ser questionado.

Fato este que nos remete para algum tempo atrás na história política do país, onde era comum ouvir a idéia de que o fracasso na área da educação era atribuído aos cortes de gastos impostos pelo governo, alegando altas imposições e negociatas do Fundo Monetário Internacional, e mesmo à falta de vontade política dos governantes, e até mesmo pela alienação da classe do proletariado.

Mas, atualmente onde nosso país é representado por um governo que investe na educação, denota boa vontade política, as elites dominantes deram lugar a todos e já não se precisa mais da anuência internacional, ao qual não deve nada, ao contrário, se fala inclusive em emprestar aos americanos. Uma vez que, dando prosseguimento a uma série de políticas que buscam programar uma reforma na educação o Governo Lula investiu por meio de instituições a estudos que deveriam culminar em uma proposta de reforma, a qual foi proclamada com inclusive como reforma da educação superior. Com todos estes investimentos, o sistema de educação ainda passa por um processo de avaliação.

Processo tal, ao qual o discurso da área educacional continua no mesmo trajeto, apesar de esforços de quem tem boa vontade. Tal atraso parece carecer de compreensão à luz de uma análise crítica e argumentativa em prol dos envolvidos na área. Primeiramente há de falar na família, constituída de cidadãos com todos direitos e

deveres, mais precisamente os pais dos alunos. Eis um ponto de alta indagação, porque os pais aceitam uma péssima educação para seus filhos na área pública, enquanto que a minoria, o grupo de classe média e alta, coloca os filhos em escola particular, onde acredita obter uma educação diferenciada.

Importante salientar que esta educação tão almejada é em busca da formação de cidadãos preparados para atuar dentro de um Estado Democrático de Direito. Defrontamos com um problema de critérios, onde os pais que colocam seus filhos em escolas particulares acreditam que essas escolas são boas apenas porque são melhores que as escolas públicas, despreocupando-se da qualidade da educação dos filhos. Na verdade, afastam-se da questão educacional por acreditar que essa problemática não os afeta.

De certa maneira se tem que analisar os dados de desempenho e resultados dos alunos em testes aplicados, e a escola particular, é também ineficaz, pois o resultado dos alunos de alto nível socioeconômico em testes internacionais como o Pisa, mostraram-se pior que o dos alunos mais pobres dos países desenvolvidos. Sem falar que a escola pública, via de regra, forma a maioria dos professores, que logo após exerceram atividades nas escolas particulares.

Na mesma linha, os alunos, parte presente neste processo, e interessado em seu próprio sucesso no meio acadêmico, ainda têm rendimento inadequado segundo dados estatísticos dos testes educacionais. Fica outra indagação, porque não reivindicam seus direitos de cidadãos. Várias são as respostas, começando pela faixa etária, pois quando notam as deficiências do seu ensino, já estão avançados na categoria curricular, e a própria carência educacional dificulta tal reivindicação.

Advertindo que a função do aluno nota-se que este não é mero objeto, mas o ponto chave de todo o processo educacional, não sendo apenas importante sua participação, mas sua atuação dentro da relação educacional.

E concluindo o rol dos interessados neste processo, o próximo grupo de interessados pela educação são os professores e diretores escolares. Destes, segundo o MEC, 60% dos diretores são indicados pelo Poder Executivo de sua cidade ou estado, provavelmente indicada por políticos, não esteja disposta a bancar grandes revoluções em suas escolas. Segundo fontes doutrinárias, a maioria dos diretores é composta de ex-professores, o que reforça o corporativismo, e não há no Brasil instituições de ensino que preparem uma pessoa para o ofício de diretor escolar, de forma que mesmo os diretores bem-intencionados são frequentemente despreparados.

Fica uma indagação, o próprio professor, que não produz uma educação de melhor qualidade, porque não consegue. Não generalizando, mas a grande maioria dos professores não tem uma boa formação e não é preparado para encarar uma sala de aula do Brasil real, com áreas de vulnerabilidade social, onde a violência, a pobreza e os direitos sociais não têm efetividade alguma. Com esta base acabam por proporcionar conhecimentos básicos da educação, sem a preocupação maior de formar cidadãos conscientes. Quando estabelecida à profissão de professor, quer mencionar que existe um dever de ensinar, este deve orientar educar, socializar informações para que outros, recebendo claramente, possam reorganizá-las em conhecimento para si.

É muito certo que enquanto não melhorar todo o sistema, não haverá educação de qualidade. Para tanto se necessita de mais uma parte interessada no processo, aquela que é essencial para seu funcionamento, pois é paga e eleita para administrar o sistema e zelar pelo bem comum, os políticos. Esta classe pode sim, projetar e realizar na educação grandes mudanças tanto no campo sócio-político, econômico quanto na cultura. Sendo o governo, eleito pela própria sociedade, instituído, se torna hierarquicamente o principal responsável por sua elaboração e aplicação.

Na passagem da história da cidadania é plausível compreender que o cidadão, ao transformar sua maneira de perceber o mundo, melhorando sua qualidade de vida, o fez pela necessidade da sobrevivência, conquistando melhores territórios para supri-la, impondo sua força para organizar uma sociedade. Como conseqüências, foram às perspectivas de sucesso que impulsionou este querer em sua trajetória histórica é de lutas pela superação do outro, de si mesmo e daquilo que novas possibilidades podem oferecer.

A educação fez e ainda faz sua trajetória a passos lentos, sem visar à transformação, ou seja, não possibilita ao indivíduo tornar-se ser humano na sua integralidade, mas sim apenas forma o cidadão, de maneira qual for o sistema político ou as tendências ideológicas. Sempre a educação foi e está sendo uma fôrma para tentar acomodar o inquieto ser humano.

De acordo com a história, com a reforma da LDB, em 1977, se busca um denominador comum para o do ensino no Brasil. A educação passou a ser ligada a ideologias políticas, se esquecendo dos ideais de transmissão de conhecimento e formação de cidadãos atuantes. Para ter cidadãos conscientes e atuantes, deve haver um equilíbrio entre a formação escolar e a solidificação da educação.

A qualidade do ensino, precária, é fruto das falhas estruturais e a adoção de sistema impróprio, que leva o indivíduo a ser mero repetidor daquilo que lhe ensinam, sem capacidade de pensar, de interpretar, de entender e, via de consequência, de se expressar. A modernidade neoliberal deseja que a educação seja somente a facilitadora de acessos e difusora de informações, levando o processo do ensino a ficar inócuo a capacidade de criação e desenvolvimento valorativos da cultura e suas manifestações.

Nessa direção, o governo demagogicamente discute cotas, esquecendo o princípio constitucional de igualdade entre todos os brasileiros, levando a fragilidade do ensino em nosso país. Analisando mais criticamente, o Brasil não precisa de cotas para garantir direitos, precisa sim, de um ensino com regras inerentes à educação, qualidade para todos, livres de ingerências políticas, capaz de formar solidamente o ensino de moral e civismo, despertando o respeito entre as pessoas, hoje quase sem uso para garantir os princípios constitucionais ao alcance de todos.

O sistema de ensino público brasileiro, já modificou bastante ao longo dos anos, mas ainda está em um processo educativo, que não eliminou os problemas na forma de aprender, tanto em escolas públicas como nas particulares, onde o que se objetiva é uma educação de boa qualidade. Existe ainda o confronto entre a coerência dos valores humanos e políticos confronta-se com a prática pedagógica.

Vislumram-se grandes lacunas no projeto de cidadania brasileira, que já tem provas suficientes de que há muito por se fazer para que efetivamente ocorra a inclusão de um ensino capaz de formar um cidadão de fato e não uma retórica de que já existe um grau elevado no ensino nacional. A inclusão pela educação é o mínimo que se espera, pois a argumentação fundamental é igualdade jurídica de direitos para todos.

Mas no tocante, a cidadania propriamente dita passos importantes já foram dados. Os avanços sócio-políticos importantes como o processo de transição democrática, a volta de eleições diretas, a promulgação da Constituição de 1988, foram marcos vitoriosos nesse processo democrático em relação aos direitos humanos. Deixar de ser uma nação sem consciência, com uma educação dirigida, justa e ideal é certamente o caminho para praticar a cidadania, e tornar-se Cidadão, usuário de bens e serviços do desenvolvimento.

Pode-se afirmar que somente ações consistentes, de efeitos estruturais e capazes de mudar os rumos das tendências sócio-econômicas da sociedade brasileira não se podem vislumbrar, ainda. Mas existe um contexto que se manifesta para que haja

um mínimo de justiça social, e este requiere grande esforço conjunto para construir uma verdadeira cidadania. Aliás, construir a cidadania dos brasileiros.

Alguns posicionamentos elevam qualidades enaltecidas ao povo brasileiro, mas afirmam que falta uma qualidade da qual não prescindem um povo que se diz democrático, a cidadania. Alain Touraine (2000. 348p), vê a liberdade como a primeira das condições necessárias e suficientes à sustentação democrática. A outra condição para uma democracia sólida é a cidadania.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos concluir que a educação é inerente a qualquer sociedade, mas nem toda sociedade viabiliza uma educação cidadã. Educação para a cidadania exige um projeto político, o projeto democrático. Cidadania caracteriza-se pela participação consciente dos cidadãos nas decisões e uma obediência consciente às normas democraticamente estabelecidas, sendo que a participação consciente por parte dos agentes cidadãos constitui de forma primordial para a concretização da cidadania.

As escolas frequentemente ficam no nível apenas da mera transmissão de conhecimentos, desta forma a educação para a cidadania requer mais o envolvimento cognitivo, afetivo e reflexivo do indivíduo, sendo que o repasse de meras informações e conhecimentos não alcança o grau de revolução onde as pessoas adquirem a consciência da participação.

A despeito disso, falar de cidadania e falar de democracia política é substituir o uso da força pela força dos argumentos e da consciência cidadã, sendo que o preconceito contra a política nas escolas prejudica a formação para a cidadania.

Ocorre que muitas vezes tudo inicia junto aos próprios educadores e servidores da educação que demonstram aversão em relação à política, questão fundamental para abalar com a cidadania.

A tentativa de afastar as questões que envolvam posicionamentos políticos e até mesmo a própria democracia dentro das escolas é um dos fatores fundamentais para o fracasso do sistema escolar, pois leva os indivíduos a se preocupar com conhecimentos científicos e politicamente neutros, deixando-os despreparados para entender e atuar numa sociedade amplamente desgastada pelos critérios de exclusão social, principalmente no que tanger aos grupos minoritários.

Em uma sociedade pós-moderna, com sujeitos cada vez mais preocupados com a industrialização e o consumismo, a cidadania depende cada vez mais da educação.

Depende da educação como norte para abrir o conhecimento e a reflexão dos pontos que atingem diretamente o cidadão e que muitas vezes devido aos problemas que envolvem a sociedade global ou até mesmo em função de seus benefícios, carece de maior poder reflexivo e de persuasão.

Cada vez mais os indivíduos são seduzidos a viver os valores das grandes elites econômicas nos mais diversos aspectos da vida social, no momento em que o atual contexto tecnológico, de consumo e da mundialização da economia e da cultura exigem tal fato.

A educação é sem dúvida a arma da cidadania, sendo que esta necessita de um elevado nível de socialização e conscientização dos sujeitos sociais, caso contrário o que se proporcionará é um aglomerado de indivíduos preocupados apenas com as questões individuais deixando de lado o primordial, ou seja, a vida amparada na cidadania e na busca pela efetivação dos direitos em um Estado democrático.

Não obstante, o cidadão, assim como a noção e a prática da cidadania são fundamentais para que a revolução consumerista não tome parte do todo social, afinal de contas o cidadão necessita sentir-se parte do todo social para apresentar-se como cidadão em uma sociedade cada vez mais competitiva e desigual.

Ressaltando, ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos à vida, à liberdade, à igualdade, principalmente educação, formadora da base da consciência cidadã.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARENDETT, apud MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos e cidadania: à luz do novo direito internacional**. Campinas: Minelli, 2003, p. 7.

CORRÊA, Darcísio. A construção da cidadania reflexões histórico-políticas. Ijuí, Unijui, 2000, p. 214.

DALLARI, D.A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998. p.14

GORCZEWSKI, Clóvis. **Direitos Humanos: dos primórdios da humanidade ao Brasil de hoje**. Porto Alegre: Editora Imprensa Livre, 2005, p. 23.

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade. O que é democracia?** 6.ed. São Paulo: Vozes, 2000. 348p.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200002.
Acesso em: 30. Maio. 2009.